

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação
Trabalho Final de Curso
Disciplina: Projeto 5

JOSÉ ALVES DE LIMA JUNIOR

O LÚDICO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS,
ADULTOS, IDOSOS E TRABALHADORES - EJA IT.

Brasília/DF – 2019

JOSÉ ALVES DE LIMA JUNIOR

O LÚDICO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS,
ADULTOS, IDOSOS E TRABALHADORES - EJA/IT.

Projeto apresentado à Faculdade de Educação,
da Universidade de Brasília – UnB, como
requisito parcial para obtenção do diploma de
Licenciado em Pedagogia da Faculdade de
Educação da Universidade de Brasília - UnB

Orientador: Antônio Villar Marques de Sá.

Brasília/DF – 2019

Trabalho de autoria de José Alves de Lima Júnior intitulado “O LÚDICO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS, IDOSOS E TRABALHADORES - EJAII”, apresentado como requisito parcial para obtenção do diploma de Licenciado em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília-UnB, em 28 de novembro de 2019, às 18h00, na sala de Reunião Prédio FE 3, defendido e/ou aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

Prof. Doutor Antônio Villar Marques de Sá
Orientador
Faculdade de Educação - UnB

Profa. Doutora Adriana Almeida Sales de Melo
Examinadora
Faculdade de Educação - UnB

Profa. Doutora Angela Cristina da Silva
Examinadora
Faculdade de Educação - UnB

Prof. Doutor José Luiz Villar Mella
Examinador Suplente
Faculdade de Educação - UnB

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lima Junior , José Alves de

LL732l A ludicidade e a construção da cidadania na educação
e jovens, adultos, idosos e trabalhadores - Ejaít. / José
Alves de Lima Junior ; orientador Antônio Villar
Marques de Sá. -- Brasília, 2019.
44 p.

Monografia (Graduação - Pedagogia) --
Universidade de Brasília, 2019.

1. Ludicidade. 2. Jogos. 3. Cidadania. 4. Educação de
jovens, adultos, idosos e trabalhadores. 5. Ensino
aprendizagem. I. Marques de Sá, Antônio Villar, orient.

Ler significa reler e compreender, interpretar. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam.

Todo ponto de vista é um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura.

A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação (BOFF, 1999).

AGRADECIMENTOS

Às minhas mães,

Para minha mãe de sangue, Maria do Soucorro, pelo irredutível carinho com que sempre me cercou. Da senhora, eu herdei a bondade necessária para enxergar além do preconceito. A senhora me ensinou a enxergar além do que meus olhos podiam mostrar. Da senhora, eu herdei um belo sorriso e me ensinastes a usá-lo sempre, não importava o quão difícil estivesse a vida, não se deve deixar de sorrir nunca, você me ensinou o direito sagrado à felicidade, você me ensinou que não é difícil ser feliz nunca.

Para minha mãe de criação, Maria Auxiliadora, por toda a força e coragem, eu me sentiria extremamente orgulhoso se me tornasse metade do ser humano que a senhora é. Da senhora, eu herdei a coragem de se erguer das dificuldades. O amor para aceitar as pessoas como elas são. Da senhora, eu aprendi o valor família, porque ninguém nos amou tanto e lutou tanto por nós como a senhora: Uma verdadeira chefe de família.

Vocês são minha vida e minha fonte constante de felicidade. Vocês sacrificaram muito por mim. Serei eternamente grato.

Ao meu pai, José Alves, *in memoriam*, que apesar do pouco estudo sempre foi exemplo de caráter e dignidade.

À todos os professores, que tive a honra de ser aluno, pelos conhecimentos compartilhados. Em especial ao meu orientador, Antônio Villar Marques de Sá, pelas cobranças, dedicação, firmeza e atenção na elaboração do projeto e na conclusão deste trabalho.

Ao Deus que há dentro de cada um de nós, que nos dá força para seguir em frente e coragem para superar os obstáculos que a vida necessariamente nos impõe.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo central fomentar um debate sobre a ludicidade e a construção da cidadania na educação de jovens e adultos. Optou-se por esse tema, porque destaca-se, no âmbito educacional, a construção de um ensino crítico que proporcione ao indivíduo um local de crescimento, assim visa mostrar a importância da ludicidade em sala de aula, e como o professor pode abordar esse método de ensino-aprendizagem. Para tanto, a metodologia escolhida foi a pesquisa-ação, por meio da aplicação de um jogo, bem como, a averiguação bibliográfica e documental favorecendo o debate, a explicitação e a pertinência dos sistemas de ideias analisadas. Este trabalho apresenta considerações sobre as dificuldades e preconceitos a que os analfabetos foram/são submetidos e destaca a educação de jovens e adultos como possibilidade de exercer plenamente sua cidadania. Conhecer e se aprofundar nos benefícios da ludicidade e na forma como ela pode ser utilizada, auxiliará o docente no papel de mediador do conhecimento e com o objetivo de estimular a participação ativa do estudante na construção do seu próprio conhecimento e saber.

Palavras-chave: Ludicidade. Cidadania. Educação de jovens e adultos.

ABSTRACT

This study aims at fomenting a debate on playfulness and the construction of citizenship in youth and adult education. This topic was chosen because it stands out in the educational field, building a critical teaching that provides the individual with places of growth, as well as showing the importance of playfulness in the classroom, and how the teacher can approach this method. teaching-learning. Therefore, the chosen methodology was action Research, through the application of a game, as well as a bibliographic and documentary inquiry favoring the debate, the explanation and the pertinence of the Systems of Ideas analyzed. This paper presents considerations about the difficulties and prejudices that the illiterate were / are used and allowed to educate young people and adults as a possibility to exercise their citizenship. Knowing and deepening in the benefits of playfulness and the way it can be used, it will help teachers Not A Mediator of Knowledge and aim to encourage active student participation in building their own knowledge and to know.

Keywords: Playfulness. Citizenship. Youth and adult education.

SUMÁRIO

1. MEMORIAL	10
1.1 Os anos iniciais.....	10
1.2 Educação básica.....	11
1.3 Ensino superior.....	12
1.4 Conclusão.....	13
2. TÍTULO.....	14
3. PROBLEMATIZAÇÃO	14
4. JUSTIFICATIVA	14
5. OBJETIVOS DE PESQUISA	15
5.1 Objetivo geral	15
5.2 Objetivos específicos.....	15
6. METODOLOGIA.....	16
7. REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
7.1 Da legislação e trajetória histórica da Ejait	17
7.2 Dos jogos e da ludicidade.....	20
7.3 Da cidadania	23
8. DO JOGO	26
8.1 Construindo a trilha da cidadania.....	27
9. VISÃO DO CAMPO E PERSPECTIVAS.....	28
9.1 Participantes	28
9.2 Procedimentos	28
9.3 Resultado do questionário sociodemográfico.....	28
9.4 Discussões	29
10. CONCLUSÃO.....	34
PERSPECTIVAS FUTURAS	36
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE	40

1. MEMORIAL

Neste memorial sou desafiado a lembrar minha trajetória escolar, acadêmica e profissional, cujos movimentos discursivos me levaram a rememorar e refletir sobre eu mesmo e sobre minha subjetividade.

Redigido aos 34 anos de idade assinalo, no transcurso da escrita, as situações que julguei as mais significativas. Apesar de não ter a fama de boa memória, vamos lá...

1.1 Os anos iniciais

Nasci no dia 03 de fevereiro de 1985, na cidade de Brejinho, no estado de Pernambuco. O município fica a 400 km de distância da capital Recife e tem como padroeiro São Sebastião.

Sou o mais novo de três filhos e fui criado no seio de uma família humilde e amorosa, onde o respeito ao próximo e a honestidade eram os valores mais importantes, meus brinquedos foram cedo deixados de lado; do futebol, desisti assim que fiz meu primeiro gol-contr, dos patins, demorei um tanto mais para desapegar tão rapidamente surgiram os calos à carne viva, e assim, sucessivamente, fui escapando da infância, porque queria mesmo era ser gente grande.

A primeira memória afetiva que tenho com a escola era quando aprontava alguma coisa em casa e corria para ela em busca de proteção de minha tia Maria Auxiliadora, que era professora. Na pré-escola, sempre fui escolhido para participar das datas comemorativas, mesmo sem entender nada do que acontecia, acho que me consideravam uma criança “bonita”. Tenho boas lembranças das festas juninas e dos desfiles de 7 de setembro. Presenciei o uso de mimeógrafos e adorava as merendas.

Em casa tinha um ambiente letrado, folheava livros e gibis antes mesmo de aprender a ler. Tive uma alfabetização tradicional por meio do método alfabético e silábico e chamava as professoras de tia. Ah!!! E sempre que me pedem para relembrar minha época escolar, lembro que quando estava aprendendo a escrever, a professora queria me forçar a escrever com a mão direita, apesar de ser canhoto. Considero um grande trauma de infância (risos).

1.2 Educação básica

Quando eu tinha sete anos de idade, minha tia Maria Auxiliadora se aposentou e se mudou para uma cidade vizinha e eu a acompanhei porque a cidade era maior e oferecia melhores condições de estudo. Assim, em 1993, iniciei meus estudos no 1º Grau na cidade de São José do Egito-PE – terra da poesia.

O ensino fundamental foi de grande valia pra a construção de minha identidade cultural. Ao estudar a história, geografia, elementos culturais e econômicos de pernambucano de forma tão intensa e lúdica me nutriram um sentimento de pertença ao meu estado, um sentimento de orgulho de ser pernambucano, que considero uma das razões de que, mesmo morando em Brasília há dez anos, ainda se fazer forte o sotaque do meu povo.

Sempre fui apaixonado por livros e na adolescência já tinha lido praticamente todos os grandes clássicos da literatura nacional. Fui considerado um bom aluno por todos os professores que teciam elogios a minha tia quando a encontravam. Odiava as aulas de educação física, porque era meio desengonçado. Sentava nas primeiras carteiras e prestava atenção nas aulas. Era um chororô em casa quando não sabia fazer alguma tarefa que vocês não têm noção do drama, ficava amuado fácil. No íntimo já vislumbrava que somente pela educação podemos ocupar nosso lugar no mundo.

Depois de muita insistência e sacrifício de minha família fui estudar no Colégio Interativo (2000), único colégio particular da cidade. Estudei nele até o 2º ano do ensino médio graças a um desconto na mensalidade. Meus livros eram xerocados ou emprestados de meus primos. Nesta fase, talvez tenha começado meu amor pela docência, pois ajudava meus colegas de sala na resolução de exercícios. Cheguei até ganhar alguns trocados dando aulas de revisão.

Mudei para Patos na Paraíba em 2003 para cursar o último ano do ensino médio no Colégio Geo, referência no estado da Paraíba em aprovação no vestibular. O ensino era puxado e obtive minha primeira reprovação na disciplina de física, sendo aprovado pelo Conselho de Classe.

De modo geral, os colégios que passei no ensino médio tinham como objetivo o desenvolvimento do raciocínio e visavam a formação de indivíduos comprometidos com a democracia, justiça, ética e cidadania. Assim sucessivamente, fez-se a infância e a pré-adolescência.

1.3 Ensino superior

Em 2004, após Processo Seletivo Seriado, ingressei na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG para cursar Direito. Mudei para a cidade de Sousa localizada no interior do estado da Paraíba. Conhecida como cidade Sorriso e por possuir um sítio arqueológico internacionalmente conhecido.

Durante a graduação, sempre procurei construir uma trajetória independente daquela comumente ofertada nas Universidades de Direito, *locus* historicamente elitizado, desenvolvi atividades de pesquisa e extensão. Foram cinco anos estudando compêndios normativos que se sucediam, sobrepunham, contrapunham-se. Cinco anos de idas/vindas para a casa de meus pais. Cinco anos com pessoas, valores, pensamentos e culturas diferentes. Cinco anos de muita farra, muita bebida e de pouca vergonha na cara. Esses anos foram de suma importância para minha formação profissional e pessoal.

Em 2008, após muito sacrifício de minha família para me manter na universidade me torno bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, sendo o único entre os meus irmãos a concluir um ensino superior. Colo grau em 2009 e sou aprovado na Ordem dos Advogados do Brasil. Por insistência de minha mãe me mudo para Brasília/DF para morar com uma tia (Maria Stela), tendo como objetivo ser aprovado em algum concurso público.

Em 2010, ingressei como Agente de Segurança Prisional no estado de Goiás. Devido o interesse pela segurança pública e os direitos humanos, fiz uma pós em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Brasília (2012). Continuei estudando para concursos públicos e em 2014 me tornei agente de Polícia do Estado de Goiás. Ainda pelo forte interesse em estudar os direitos humanos, fiz mais uma pós em Educação em e para Direitos Humanos na Universidade Cultural pela Universidade de Brasília (2015). Em 2016 conclui mais uma especialização, só que dessa vez em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Goiás.

Após processo seletivo para alunos de segunda graduação na Universidade de Brasília, ingressei na Faculdade de Educação para cursar Pedagogia. Estou nessa experiência há dez semestres, cursando disciplinas em ciências humanas e sociais, convivendo com colegas de estudo com culturas e formações distintas, o que, para além de uma oportunidade acadêmica, possibilitou a construção de novos olhares, ampliando minha visão de mundo e de sociedade. Essa é uma das principais razões por ter escolhido este curso. Assim como o plano de metas de Juscelino Kubitschek, criativamente ter vivido 50

anos em 5, pois aliar durante esse tempo trabalho e faculdade fora exaustivo. Realizava as leituras dos textos acadêmicos e as tarefas avaliativas durante meu horário de trabalho ou durante o percurso para a universidade.

Pensei em desistir devido ao cansaço físico e mental de estar acordado desde às 06 horas da manhã e só chegar em casa por volta da meia noite, aliás perdi as contas de quanto o chão se abriu e se fechou, mas superando as adversidades fiz o que pude para ser assíduo, participei de forma ativa e pertinente nas disciplinas que cursei. Infelizmente não pude viver a UnB em sua plenitude, como por exemplo, participando do Centro Acadêmica ou de cursos e palestras durante o dia, mas busquei, na medida do possível, autonomia e responsabilidade.

Se eu pudesse descrever minha vivência na academia em uma única palavra, poderia tão somente falar em aprendizagem, mas não: mais que aprender, o curso de Pedagogia significou mudança de vida. Mudança visceral!

1.4 Conclusão

A elaboração deste memorial me deu a oportunidade de voltar a olhar para trás no tempo e lembrar do trecho de um livro que gosto muito, *Grande Sertão: Veredas*. Nos versos de Guimarães Rosa, “o correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta, esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta, o que ela quer da gente é coragem”.

Na finalização escrita de minha trajetória, vejo que passei uma eternidade dentro de salas de aula. Primeiro na escola, depois nas faculdades de Direito, Pedagogia e nos cursos de especialização; futuramente, devo seguir para o mestrado e por aí vai, aprendendo um punhado de coisas que não sei pra que exatamente usar durante uma vida inteira.

Entretanto, destaco meu compromisso em aprender e enxergar além do preconceito. Espero que, com toda essa bagagem, eu possa contribuir para a construção de um mundo justo, bom e correto, atentando para a diversidade cultural e social em nosso país, espero futuramente pautar minha práxis no respeito à dignidade da pessoa humana e para a cidadania e pela cidadania.

2. TÍTULO

O lúdico e a construção da cidadania na educação de jovens, adultos, idosos e trabalhadores - Ejait.

3. PROBLEMATIZAÇÃO

Seria possível a promoção da cidadania na Ejait a partir do lúdico? Como esse recurso pedagógico pode fazer da escola um espaço de acolhimento, de modo que os educandos jovens e adultos se enxerguem como sujeitos de direitos?

4. JUSTIFICATIVA

Numa conjuntura que tende quotidianamente a apontar a importância do ser humano e de seus direitos pessoais fundamentais, garantindo a todos igualdade perante a Lei Maior (BRASIL, 1988/2019) e perante todo o ordenamento jurídico, destaca-se, no âmbito educacional, a construção de um ensino crítico que proporcione ao indivíduo um local de crescimento.

Assim, a escola é considerada como a instituição responsável pela educação formal e pela formação coletiva das pessoas, promovendo sua introdução na cultura, sua socialização e seu desenvolvimento como sujeitos e cidadãos, por meio de processos sistemáticos de aprendizagem.

Em que pese a educação ser direito de todos e dever do Estado, conforme a Constituição Federal do Brasil em seu artigo 205 (BRASIL, 1988/2019), nem todos os indivíduos têm a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Surge então a Ejait, que conforme o artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996/2018), destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

A celeuma que se pretende enfrentar neste projeto diz respeito justamente a um debate que articula o campo teórico das ciências sociais com o direito à educação para a construção de uma democracia política e econômica a partir do lúdico, conferindo poder aos educandos da Ejait, uma vez que eles devem ser estimulados a serem criativos e participativos dentro e fora do ambiente escolar.

Trata-se de pensar sobre o que é ser cidadão por meio da imaginação, criatividade e interesse, articulando este debate ao processo de discussão das dificuldades e preconceitos a que os educandos desse ensino foram/são submetidos, propiciando assim, o encontro com o outro, com o mundo e consigo mesmo.

Como (futuros) educadores, nossa tarefa deve ser, nas palavras de Spivak (2014, p. 17), “a de criar espaços em que a/o subalterna/o possa falar e ser ouvido/a”. Sustentou ainda a autora que “não se pode falar pelo/a subalterno/a, mas lutar contra a subalternidade”.

Boaventura de Sousa Santos (2009), na obra “As vozes do mundo” discutiu a questão sobre quem pode falar e quem pode ser ouvido no mundo contemporâneo. Afirmou que o mundo da globalização neoliberal vem sendo confrontado por um conjunto de iniciativas, movimentos e organizações que, através de vínculos, redes e alianças locais/globais, lutam pela aspiração a um mundo melhor, mais justo e pacífico, que julgam possível e a que julgam ter direito (p. 11-12).

Urge destacar que analfabetos podem ser vistos como escravos contemporâneos, presos às correntes do preconceito e torturados pelo chicote da intolerância, atitudes essas inconcebíveis no âmbito educacional. Será possível a construção do sentimento, e consequente exercício, da cidadania por meio de jogos e da recreação dos educandos da Ejait?.

5. OBJETIVOS DE PESQUISA

5.1 Objetivo geral

Analisar a importância de atividades lúdicas para a valorização do ambiente escolar e dos estudantes da Ejait?

5.2 Objetivos específicos

Exercitar e valorizar as experiências e saberes dos alunos da Ejait por meio da ludicidade, para que estes se sintam encorajados a expressá-los, confirmá-los, questioná-los, desafiá-los, reelaborá-los e/ou superá-los;

Propor atividades lúdicas como recurso pedagógico que, além de tornar a aprendizagem significativa, resgatem a cidadania dos alunos da Ejait, tomando como ponto de partida as dificuldades e preconceitos sofridos pela falta de educação formal.

6. METODOLOGIA

O método escolhido para execução deste trabalho terá uma abordagem qualitativa por meio da pesquisa-ação. Parafraseando Thiollent, Soares (2000, p. 46) definiu a pesquisa-ação como:

Metodologia apropriada à pesquisa social com base empírica, que deve ser concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Com base nesta compreensão, priorizamos a cooperação, o comprometimento e a solidariedade entre os sujeitos envolvidos, no sentido de identificar problemas e encontrar soluções, ou meios de desafiar-los, tomando como ponto de partida um jogo lúdico que mostre os preconceitos e/ou dificuldades enfrentadas por adultos que não sabiam ler nem escrever. desta forma estimulamos a ocorrência de um fenômeno para elaborar um produto.

De acordo com Thiollent (2003, p. 1-2):

Nos projetos cuja metodologia é baseada na pesquisa-ação, a principal transformação que ocorre no decorrer do processo é a passagem da constatação de fatos observáveis na situação para uma ação transformadora apropriada. (...) Em matéria de pesquisa e aprendizagem, os resultados, interpretáveis no referencial cultural compartilhado, devem fazer sentido na prática dos grupos implicados.

Neste sentido, procuramos trazer as dificuldades para o campo do debate, buscando estudar, traduzir e explicitar o perfil dos alunos da Ejait, contribuindo para a produção e socialização de práticas pedagógicas lúdicas, que instituem novas relações de saber/poder, no que diz respeito à formação de educandos como sujeitos de direitos.

Portanto, buscamos de maneira intencional intervir no ambiente pesquisado através da aplicação de um jogo, com a finalidade de explorar a compreensão interpretativa, reflexiva e crítica dos educandos, discutindo de forma lúdica as noções de direitos humanos, cidadania e preconceito.

Optou-se, igualmente, pela averiguação bibliográfica e documental, não abdicando, obviamente, das demais fontes norteadoras da pesquisa pertinentes a uma análise, então, mais pormenorizada do tema ora em questão. Tanto que, para uma melhor apreciação de dados, estão sendo utilizados os diversos tipos de leitura: exploratória, seletiva, analítica, interpretativa, reflexiva e crítica.

7. REFERENCIAL TEÓRICO

7.1 Da legislação e trajetória histórica da Ejait

A Ejait é uma modalidade de ensino amparada pela lei e segundo Ribeiro (2001) constitui uma prática de caráter político, pois se destina a corrigir ou resolver uma situação de exclusão, que na maioria das vezes faz parte de um quadro de marginalização.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988/2019) preceitua em seu artigo 205 que a educação é um direito de todos e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Essa definição se vê reforçada pelo artigo 6º da Constituição, como o primeiro dos direitos sociais, e pelo artigo 2º da LDB (BRASIL, 2018). Ainda concebendo a igualdade de acesso à educação como direito social e dever do Estado, o artigo 208 da Constituição Federal (BRASIL, 1988/2019, p. 44) dispõe que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; ...

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Refletir sobre como esses jovens e adultos pensam e aprendem envolve transitar por três campos que contribuirão para situar seu lugar social, quais sejam: a condição de “não crianças”, a condição de excluídos da escola e a condição de membros de determinados grupos sociais (OLIVEIRA, 1999). Nesse sentido, a LDB (BRASIL, 1996/2018, p. 29) apresenta:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018).

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Qualquer tentativa de historiar um universo tão plural de práticas formativas implicaria risco de fracasso, pois a Ejaít estende-se por quase todos os domínios da vida social (HADDAD; DI PIERRO, 2000). De toda forma, procuramos sistematizar a sua história, contextualizando com as transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizaram diferentes momentos do país nas tabelas 1 e 2 a seguir:

1549 - 1759	Jesuítas são os principais educadores do período colonial. Oferta de uma educação moralizadora para a classe pobre e de uma educação instrutora para a classe rica.
1759 - 1808	Ênfase na educação secundária proposta. As políticas implementadas pelo Marquês de Pombal não atingiam os adultos, ao menos não os adultos pobres. Fato este que elitizava a educação no Brasil.
1812	Criou-se a Escola de Serralheiros, em Minas Gerais, com “o ensino profissional”.
1881	Lei Saraiva que determinava as eleições diretas e por voto censitário, o que, ao lado de outras restrições, não permitia o voto de analfabetos.
1915	Fundação da Liga Brasileira contra o Analfabetismo, em 1915.
1930	Criação do Ministério da Educação e das Secretarias de Educação dos Estados.
1934	Foi criado o plano Nacional de Educação que tinha o ensino integral obrigatório e gratuito estendido às pessoas adultas.
1940	Começam a ser implantadas ações mais abrangentes no campo da EJA. Até então, na maioria dos casos, a educação de adultos tinha um sentido moralista, ou seja, voltada para caridade em favor dos pobres.
1945	Surge a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), com o propósito de denunciar as desigualdades, ajudando o país a estabelecer metas para a alfabetização de adultos.
1946	Aprovada a Lei Orgânica do Ensino Primário, a qual prevê o Ensino Supletivo.
1950	Campanha Nacional de Educação Rural.
1958	Campanha Nacional pela Erradicação do Analfabetismo.

Tabela 1

Nesse mesmo período, paralelo à ação governamental, surge os movimentos de educação e cultura popular inspirado em Paulo Freire, por exemplo: os Centros Populares de Cultura, ligadas à União Nacional de Estudantes; o Movimento de Educação de Base, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dentre outros (SANTOS; VARGAS, 2013).

Observa-se que a educação de adultos neste período histórico é marcada pelo populismo, pelo nacional desenvolvimentismo e pelas reformas de base, sendo vista como forte instrumento de ação política, pois os analfabetos não possuíam direito ao voto e eram a metade da população brasileira.

1964	Aprovação do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA), que previa a disseminação por todo o Brasil, de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire. Essa proposta foi interrompida com o Golpe Militar e seus promotores foram duramente reprimidos.
1967	Foi instituído o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) avaliado como a primeira iniciativa importante na (EJA) durante o período da Ditadura Militar.
1971	A Lei n. 5.692/71 regulamentou o Ensino Supletivo (esse grau de ensino visa a contemplar os jovens adultos) como proposta de reposição de escolaridade, o suprimimento como aperfeiçoamento, a aprendizagem e qualificação sinalizando para a profissionalização.
1985	O Mobral foi extinto e substituído pelo projeto Educar, este projeto tinha por objetivo dedicar toda sua estrutura a EJA e funcionava em parceria com os municípios e associações da sociedade civil.
1990	Emergiu o Movimento de Alfabetização (Mova), que procurava envolver o poder público e a sociedade civil.
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.395/1996).
1997	Lançado o Programa Alfabetização Solidária (PAS).
2000	Sob a coordenação do Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, foi aprovado o Parecer no 11/2000 – CEB/CNE, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Também foi homologada a Resolução no 01/00 – CNE.
2005	Foi criada a Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).
2007	O Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), onde oferece a coleção de cadernos da EJA, para o Ensino Fundamental de jovens e adultos até a 8ª série (9º ano) para as escolas públicas.

Tabela 2

Percebemos, assim, que a Eja é um direito positivado e constitucionalizado que vem sofrendo avanços e retrocessos ao longo de sua trajetória, necessitando de atenção dos estudiosos e políticos para que seja aplicada com sucesso, pois a privação do processo de escolarização, bem como, práticas escolares empobrecidas, priva o sujeito de acessar as dimensões fundamentais das culturas letradas (TEIXEIRA, 2006, p. 192).

7.2 Dos jogos e da ludicidade

No dicionário, jogo pode ser conceituado como uma atividade cuja finalidade é a diversão, o entretenimento, mas ele também pode ser utilizado como recurso pedagógico no processo de desenvolvimento cognitivo dos educandos.

Para Brougère (1988, p. 17), “conceituar o jogo não é simples, pois jogo é uma coisa que todos falam, que todos consideram como evidente e que ninguém consegue definir”. Segundo Piaget (1978, p. 97) “os jogos não são apenas uma forma de desafogo ou entretenimento para gastar as energias das crianças, mas meios que contribuem e enriquecem o desenvolvimento intelectual”.

Para Vygotsky (2007), é na brincadeira que as crianças se colocam questões e desafios além de seu comportamento cotidiano na tentativa de compreender os problemas que lhes são postos pela realidade na qual interagem. Ao brincar, constroem a consciência da realidade e vivenciam a possibilidade de transformá-la.

Os jogos e as brincadeiras são fenômenos culturais e constituem as primeiras formas de aprendizagem e elas podem e devem ser utilizadas em todas as fases da vida escolar, inclusive na Eja, pois estes também aprendem jogando e desenvolvendo atividades recreativas (CASTILHO; TONUS, 2008). O brincar se constitui no humano, para além da infância.

Refletindo sobre a importância do ato criador e transcendente presente nas manifestações do brincar, extraímos os seguintes excertos do documentário Tarja Branca: “O que falta muito neste mundo é um pouco de brincadeira, entendeu? Em tudo! Quando você perde essa capacidade de brincar, eu acho que você perde uma conexão com sua essência!” (TARJA BRANCA: a revolução que faltava, 2014, trecho 4:30 min.). E, “Para mim a brincadeira está mais subterrânea que o nível da cultura, ela mora num rio assim, abaixo da terra, e é ali que todo mundo vai beber naquela fonte” (TARJA BRANCA: a revolução que faltava, 2014, trecho 16:30 min.).

Camargo (2015, p. 136), com fundamento na Epistemologia Genética, adiantou que “o jogo é parte da estrutura de pensamento do sujeito e precisa se levar em conta este desenvolvimento para compreender o jogo de forma adequada”. Ainda segundo a mesma autora, o jogar, na vida adulta, tem diferença se comparado com o jogar infantil, pois a estrutura de pensamento do adulto não é a mesma que a de uma criança, uma vez que aquela é uma estrutura embasada em um pensamento formal, com os mecanismos de representação e operação já construídos.

Se, por um lado, os educadores são unânimes em afirmar que o ensino focado na racionalidade excessiva, na repressão e na massificação são falhos. Por outro lado, são unânimes em considerar a ludicidade como uma estratégia viável que se adapta às novas exigências da educação (SANTOS, 2001). Logo, devemos alforriar nosso “ser brincante” e dar espaço a um estado de ludicidade pereba, intrínseca à existência humana, comungando com Huizinga (1999) quando afirmava que, muito mais do que racionais, somos lúdicos – *homo ludens*.

Ao refletir a educação pelo jogo/brincadeira, Santos (1997, p. 12) dispôs que a ludicidade:

é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento.

Luckesi (2004) afirmou que a atividade lúdica propicia à pessoa que a vive, uma sensação de liberdade, um estado de plenitude e entrega para essa vivência. Em uma atividade só o sujeito pode mostrar se está em estado lúdico, pois o que importa são as vivências proporcionadas pela ação, ou seja, momentos de encontros consigo e com o outro, de cuidar de si e olhar para o outro (SANTOS; OLIVEIRA, 2013).

Via de regra, os alunos da Ejait são estigmatizados e discriminados pela sociedade, possuindo acesso às vivências lúdicas de forma restrita, devido às rotinas das tarefas domésticas, à dupla jornada de trabalho e à falta de recursos financeiros. Em um mundo com modo de produção capitalista, onde o indivíduo tem que produzir, o brincar é mal visto.

Santos (1997, p. 14) ressaltou que:

O adulto que volta a brincar não se torna criança novamente, apenas ele convive, revive e resgata com prazer a alegria do brincar, por isso é importante o resgate da ludicidade, a fim de que se possa transpor esta experiência para o campo da educação, isto é, a presença do jogo.

Os jogos, como recurso pedagógico, são de suma importância no processo de ensino-aprendizagem desse público que apresenta dificuldades no desenvolvimento de conteúdos teóricos e cognitivos, podem tornar a aprendizagem prazerosa. Para Maluf (2003), o que torna a atividade prazerosa e educativa é o propósito que esta possui, e a forma como o professor fará seu encaminhamento aos alunos.

Segundo Dohme (2003), as atividades lúdicas podem colocar o aluno em espaços onde ele pesquisa e experimenta, que façam com que ele conheça suas habilidades e limitações, que exercite o diálogo, os valores ético e muitos outros desafios que permitirão vivências capazes de construir conhecimentos e atitudes.

Ao tratar da atividade lúdica no desenvolvimento e na promoção de aprendizagens significativas, Santos (2001, p. 41) sugeriu que o seu valor está:

- 1) em favorecer a aproximação das pessoas para realizarem atividades sem juízo de valor;
- 2) em favorecer que as pessoas, através destas atividades, possam se compreender melhor;
- 3) em promover crescimento intrapessoal, possibilitando melhoras consideráveis nas relações interpessoais.

Concebendo o lúdico como uma palavra polissêmica, o conceito de ludicidade que defendemos, pois, se articula a três dimensões: a) a de que o brincar e o jogar são criações culturais, produtos das relações entre os homens em sociedade; b) a ludicidade é um estado de consciência e experiência interna, de vivência plena do indivíduo; c) as atividades lúdicas são utilizadas como recursos estruturantes do processo de ensino e desencadeadoras de aprendizagens significativas – aquelas em que o ser humano precisa integrar suas capacidades de pensar, agir e sentir, sem hipertrofiar o que a escola, com toda sua tradição iluminista, hipertrofiou por séculos – a dimensão intelectual, em detrimento do sentimento, do saber sensível, da intuição e da ação sobre o mundo (LEAL; D'ÁVILA, 2013).

De acordo com Almeida (1998, p. 13):

A educação lúdica está distante da concepção ingênua de passatempo, brincadeira vulgar, diversão superficial. Ela é uma ação inerente na criança, no adolescente, no jovem e no adulto e aparece sempre como uma forma transacional em direção a algum conhecimento, que se redefine na elaboração constante do pensamento individual em permutações com o pensamento coletivo.

Procurando entender a educação “como um dos meios capazes de proporcionar à classe trabalhadora um saber que seja instrumento de luta, a fim de que possa de forma consciente, renascer enquanto homens e com eles uma nova escola” (VALE, 2001, p. 46); passaremos para analisar o conceito de cidadania e suas projeções nos educandos da Ejait.

7.3 Da cidadania

Cidadania, juridicamente, é o estatuto resultante do relacionamento entre uma pessoa natural e o Estado em que ela vive, ou seja, o modo pelo qual a pessoa natural deve obedecer ao Estado e este protegê-la. Este estatuto nascido do relacionamento entre o Estado e o indivíduo é determinado pela lei do país e reconhecido pelo Direito Internacional.

A cidadania desponta como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, gozando de fundamental importância para o fiel cumprimento dos objetivos a que se dispõe o Brasil a cumprir. Assim rege a Constituição Federal nos artigos 1º e 3º (BRASIL, 1988/2019):

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

[...]

II – a cidadania

[...]

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Dallari (1998, p. 14) definiu a cidadania como:

um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.

Cada ser humano é único, individual e intransponível, com estas características, enfrenta os problemas da construção do mundo comum e as contingências da convivência humana sempre em busca de igualdade e felicidade pública.

Assim, a cidadania, apresenta-se como o direito a ter direitos e possibilita que todos participem plenamente da sociedade, invocando a qualidade de sujeitos de obrigações e, sobretudo, de direitos.

Para Pítton e Kozelski (2009, p. 10590) “nos diferentes âmbitos que constituem o cotidiano – família, trabalho, igreja, grupo de amigos, etc., e dentre as múltiplas formas de

exclusão social, o analfabetismo se constitui em um dos maiores impeditivos na construção da cidadania”. Ainda segundo as mesmas autoras:

anula os sujeitos, impedindo-os de se constituírem cidadãos ativos na medida em que dificulta o entendimento e a interpretação da realidade complexa que os cerca. Apesar de sua experiência de vida e de toda a cultura que possuem, a condição do analfabetismo é algo que entrava o acesso a várias instâncias da sociedade, que dificulta o posicionamento enquanto indivíduo e enquanto cidadão, a pessoa na condição de analfabeta sente-se insegura num mundo que cada vez exige mais conhecimento e participação para que o indivíduo seja reconhecido como cidadão (PÍTON; KOZELSKI, 2009, p. 10590).

Quando falamos em estudantes da Ejait estamos nos referindo ao cidadão que por razões de ordem social, cultural e/ou econômica não tiveram acesso à escolarização e buscam a primeira ou uma nova oportunidade de inclusão (HADDAD; DI PIERRO, 2000; PEREIRA, 2007). Ressaltamos ainda, que outros direitos fundamentais cotidianamente lhe foram/são negados, como por exemplo, saúde, liberdade, segurança e dignidade.

Para que essa formação cidadã aconteça criticamos a pedagogia da competência que é foçada no competição e produtividade tendo em vista uma lógica neoliberal (CHAUÍ, 1994) para conceber a escola como um espaço/tempo onde:

Educa-se um ser humano, o membro de uma sociedade e de uma cultura, um sujeito singular. Podemos prestar mais atenção a uma dimensão do que a outra, mas, na realidade do processo educacional, as três permanecem indissociáveis. Se queremos educar um ser humano, não podemos deixar de educar, ao mesmo tempo, um membro de uma sociedade e de uma cultura e um sujeito singular (CHARLOT, 2006, p. 15).

Nesse sentido, Gadotti (2000, p. 35) afirmou que:

A escola não deve apenas transmitir conhecimentos, mas também se preocupar com a formação global dos alunos, numa visão em que o conhecer e o intervir no real se encontrem. Mas, para isso, é preciso saber trabalhar com as diferenças: é preciso reconhecê-las, não camuflá-las, aceitando que, para conhecer a mim mesmo, preciso conhecer o outro.

As instituições escolares devem ter estes objetivos no desenvolver de suas práticas pedagógicas, porém, como observou Haddad (2006, p. 4):

[...] é preciso não condicionar a educação escolar à mera formação voltada para o mercado de trabalho. Isso porque, em decorrência das políticas neoliberais, vividas nos últimos tempos, pouco tem se pensado na educação enquanto formação geral e muito se tem veiculado a sua função apenas para o atendimento visando à preparação para o mercado de trabalho.

Por muito tempo a Ejait esteve presente no cenário educacional tendo em vista o mercado de trabalho sem considerar a educação com um processo a ser desenvolvido ao longo da vida, visando o exercício efetivo da cidadania e o desenvolvimento do sujeito como um ser histórico social (DUARTE; RECH, 2013).

O aprender a pensar é o método por excelência de viver democraticamente, ou seja, o método de desenvolver hábitos de pensamentos e ação requeridos pela participação efetiva na vida comunitária (KISHIMOTO, 2008, p. 107).

Nesse cenário, Freire defende a dialogicidade no cotidiano escolar e concebe uma educação libertadora, com processo emancipador vinculado à transformação social e a superação da opressão. Ressaltando a necessidade de respeitar os saberes dos educandos, uma vez que impor “a eles a nossa compreensão em nome da sua libertação é aceitar soluções autoritárias como caminhos para liberdade” (FREIRE, 2003, p. 27).

Patto (1997, p. 76) ressaltou que:

A concepção e a prática "bancárias", imobilistas, "fixistas", terminam por desconhecer os homens como seres históricos, enquanto a problematizadora parte exatamente do caráter histórico e da historicidade dos homens. Por isso mesmo é que os reconhece como seres que estão sendo, como seres inacabados, inconclusos, em e com uma realidade, que sendo histórica também, é igualmente inacabada [grifos da autora].

Para Morin (2000, p. 112),

a sala de aula deve ser um local de aprendizagem do debate argumentado, das regras necessárias à discussão, da tomada de consciência das necessidades e dos procedimentos de compreensão do pensamento do outro, da escuta e do respeito às vozes minoritárias e marginalizadas. Por isso, a aprendizagem da compreensão deve desempenhar um papel capital no aprendizado democrático.

Entretanto, não é raro o estranhamento para com práticas educativas que visam aproximar o conhecimento escolar com o cotidiano desses sujeitos. Assim,

no trabalho com jovens e adultos a escuta de suas histórias de vida são um excelente ponto de partida para nos aproximarmos de seus imaginários e representações de mundo. Imaginários estes que têm muito a dizer sobre as possibilidades de permanecer ou abandonar a escola (BARCELOS, 2012, p. 86).

A utilização da ludicidade na construção do saber pode dar voz aos educandos da Ejaít desde que se traduza em pedagógicas emancipadoras por meio de metodologias ativas e participantes que levem à reflexão. O pensar crítico que vise a transformação da realidade e a humanização dos homens (...) “se dá no mundo que eles recriam e transformam incessantemente” (FREIRE, 1975, p. 105).

Desta forma aliada às práticas sociais de leitura e escrita alteram a condição do indivíduo política, econômica e culturalmente, por possibilitar a plena participação social, pois, ao conhecer os direitos que lhe são assegurados podem reivindicá-los nas situações cotidianas, defender seus pontos de vista, questionar e partilhar seu conhecimento. É o que se espera ao se utilizar o termo “exercício da cidadania”.

8. DO JOGO

De acordo com Amorim (2009), os estudantes da Ejait que buscam retomar ou começar a escolarização são motivados pela vontade de aprender e se desenvolver socialmente. Almejam qualificação ou promoção profissional, aprender a ler e a escrever para ganhar autonomia e se inserir na sociedade, bem como, para proporcionar uma qualidade de vida melhor para sua família.

Nesse sentido, o processo de alfabetização tem um papel importante na vida do educando. Como dizia Paulo Freire (1991), não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.

Assim, refletindo e reinterpretando sobre o sentido de estar alfabetizado, construímos um jogo com base nas experiências socioculturais, respeitando as especificidades dos educandos jovens e que criasse possibilidades de construção e reconstrução de conhecimentos.

O jogo proposto buscou uma prática pedagógica que visa a maior interatividade, horizontalidade e contextualização do aluno, considerando sua capacidade reflexiva e afastando-o da educação bancária, a que via de regra são submetidos. Ribeiro (2001, p. 23) esclarecendo o posicionamento ideológico de Freire informou que:

Paulo Freire criticou a chamada educação bancária, que considerava o analfabeto pária e ignorante, uma espécie de gaveta vazia onde o educador deveria depositar conhecimento. Tomando o educando como sujeito de sua aprendizagem, Freire propunha uma ação educativa que não negasse sua cultura, mas que a fosse transformando através do diálogo.

Conforme Kishimoto (2009), o jogo pode assumir duas funções: a lúdica e a educativa. Na função lúdica, o jogo propicia diversão, prazer (ou desprazer) quando escolhido voluntariamente. Na função educativa, o jogo ensina qualquer coisa que complete o educando em seus conhecimentos e sua apreensão do mundo (KISHIMOTO, 2009). Portanto, no desenvolvimento do jogo, buscamos o equilíbrio entre essas funções, pois elas se constituem como práticas indissociáveis.

É preciso olhar os estudantes da Ejait como sujeitos “inteligentes, que desenvolveram estratégias de sobrevivência em uma cultura escrita sem estar adequadamente instrumentalizados para isso, resolvendo problemas, vivendo, trabalhando e amando” (SCHWARTZ, 2010, p. 63). A seguir apresentaremos as regras e material utilizados para a elaboração do jogo.

8.1 Construindo a trilha da cidadania

FINALIDADE DO JOGO: Associar cada figura a uma ficha de palavra construindo uma trilha de atividades do cotidiano do personagem José.

PARTICIPANTES: 5 grupos divididos de forma uniforme.

COMPONENTES: 5 cartelas com figuras e um texto correspondente; 5 fichas com palavras escritas; um saco para guardar as fichas de palavras.

REGRAS: A sala deve ser dividida em 5 grupos; no quadro negro estarão as cartelas dispersas em ordem aleatória; o educador sorteia uma ficha do saco e lê a palavra em voz alta; as fichas devem ser distribuídas entre os grupos conforme o número de formação; os grupos de jogadores deverão associar a ficha com a cartela.

PALAVRAS DAS FICHAS: Educação; Alimentação; Transporte; Saúde, Trabalho.

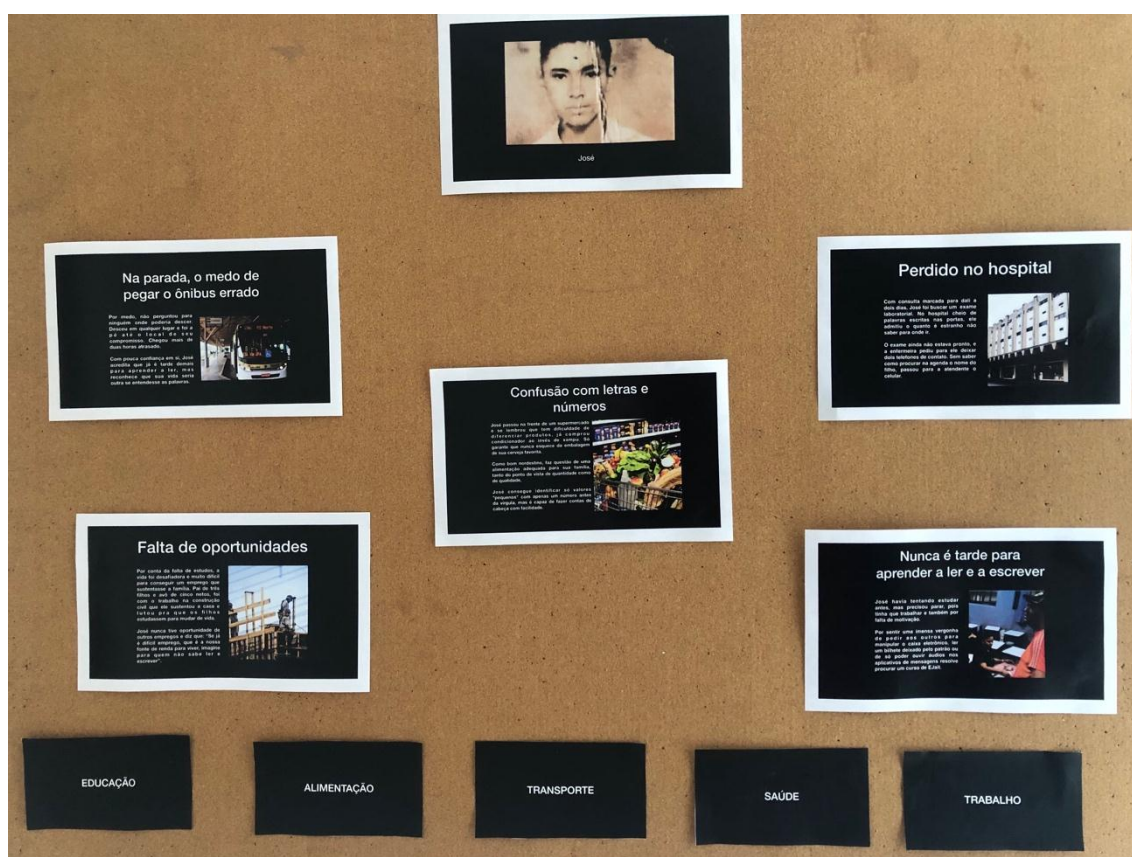


Figura 1

Figura 1: Design editado no PowerPoint (Microsoft Office), imagens retiradas da internet e impressas em papel A4.

9. VISÃO DO CAMPO E PERSPECTIVAS

9.1 Participantes

Os participantes foram 20 estudantes regularmente matriculados na Ejait – 3º ano do ensino médio, de um colégio público estadual escolhido aleatoriamente, localizado na cidade de Águas Lindas de Goiás-GO. A pesquisa aconteceu no período noturno, das 19h30 às 21h40, durante a disciplina de português.

9.2 Procedimentos

Antes do início da aula, e da aplicação do jogo, foi solicitado um questionário sociodemográfico onde foram coletados dados importantes para a projeto, tais como: sexo, idade, estado civil e se o aluno trabalha.

Após a autorização do professor, o pesquisador convidou os estudantes presentes a participarem do projeto, sendo explicados os objetivos da pesquisa e as regras do jogo.

9.3 Resultado do questionário sociodemográfico

Quanto ao sexo dos estudantes, participaram um total de 7 mulheres e 13 homens.

Em relação à idade dos participantes, houve uma variação entre 18 e 43 anos, com média geral de 25,6 anos. Com os participantes do sexo feminino, as idades variaram de 18 a 38 anos, com média de 27,2 anos. Já com os participantes do sexo masculino, as idades variaram de 18 a 43 anos, com média de 24,6 anos.

A análise dos dados referentes ao estado civil dos participantes mostrou a predominância de solteiros, representando 75% da amostra total, enquanto os casados representavam 20% do total dos participantes e os divorciados 5%.

Quanto à religião, constatamos que 60% eram evangélicos, 30% eram católicos e 20% não professavam nenhuma religião. Em relação ao trabalho, 60% dos alunos eram trabalhadores, enquanto 40% não exerciam nenhum labor.

9.4 Discussões

O município de Águas Lindas de Goiás-GO tem uma história recente. Era conhecida como Parque da Barragem e pertencia ao município de Santo Antônio do Descoberto. Começou a crescer às margens de um lixão, os lotes eram de baixo valor, o que facilitava sua aquisição por parte da população.

A cidade cresceu de forma desordenada, desta forma, a população cresceu descontroladamente e hoje, Águas Lindas é composta por uma população de 177.477 habitantes (PREFEITURA DE ÁGUAS LINDAS, 2019), sendo conhecida como cidade-dormitório, uma vez, que a maioria de sua população trabalha em Brasília-DF ou nas cidades satélites.

Sendo fruto da expansão urbana descontrolada, a infraestrutura na cidade era bastante precária. Freitag (2002) destacou que o morador desse tipo de cidade não se reconhece como cidadão da mesma, pois na medida em que ali não se encontra seu local de trabalho e só serve como dormitório e residência, ele não teria compromisso efetivo com a cidade.

No sentido desta reflexão, podemos considerar, também, que o trabalhador, na maioria das vezes, não exerceria parte de seus direitos e deveres no município para onde se dirige, já que se ocupa estritamente aos afazeres do trabalho.

Constatamos no desenvolvimento do projeto que o retrato sócio-cultural do educando reflete o seu mundo sócio-cultural, sua história e suas inquietações. Enquanto aguardava na sala dos professores para aplicar o jogo, os professores comentavam os problemas de violência e drogas que aconteciam na escola, bem como, o medo durante sua jornada de trabalho; em suas falas, os estudantes eram reduzidos à categoria de marginais e bandidos, produtos da segregação e do desajuste social, como podemos observar nas seguintes falas dos docentes: “só na minha sala tem cinco alunos com pais presos”, “a primeira sala só tem bandido e drogado”, “um aluno do segundo ano disse que se eu não o aprovasse na minha matéria eu ia pagar a ele”, “você viu que mataram o Gabriel, ele foi meu aluno, só tinha 12 anos e já tinha dezessete passagens pela polícia”, “o Thiago tá ali ‘doidão’, outro dia agrediu a mãe e a irmã”.

Em ato contínuo, chegou no pátio, um aluno que aparentemente tinha feito uso de alguma substância ilícita e estava bastante alterado e chutando as coisas no colégio, o que atrasou a aula que deveria começar às 19h15, pois os professores se recusaram a entrar em sala enquanto a polícia não chegasse. A Direção ligou para o 190 e logo após chegaram

duas guarnições da Polícia Militar. Não acompanhei a resolução desse incidente, entretanto após 15 min. o Coordenador comunicou aos professores que todos poderiam ir para as respectivas salas, uma vez que o problema foi resolvido.

De antemão, já pudemos observar um corpo docente que se reveste em apenas transmitir o conhecimento, uma vez que vinham de jornadas duplas/triplas para aumentar a renda, não contribuindo para a elaboração de um projeto de vida que se constrói pelo diálogo.

A formulação em que o jogo foi proposto trazia para o campo do debate as situações de preconceito e/ou discriminação a que estão sujeitos os alunos da Ejait e que os levam a se envergonhar da sua condição frequentemente relacionada à pouca auto-estima, uma vez que:

acreditam que têm cabeça dura, que são velhos demais, incapazes, fracos das ideias, herdeiros de deficiência familiar, pois lá em casa ninguém conseguiu! Resistem, portanto, porque já tentaram outras vezes sem sucesso e internalizaram o estigma que eles é que são os culpados pela não aprendizagem, que não são inteligentes nem capazes de aprender, encontrando-se motivados para evitar situações de aprendizagem (SCHWARTZ, 2010, p. 70-71).

Cabe salientar, também, que:

a alfabetização e a educação ao longo da vida constituem um direito e não uma ação de filantropia, realizada por alguns educadores de “boa vontade”. Ao lado de práticas educativas que atendam a esse público sem estigmatizá-lo, é preciso, também, realizar um esforço coletivo para a formulação de políticas públicas que ultrapassem o espírito das campanhas, estendam a oferta de ensino a essa população para as etapas posteriores à alfabetização, tornando-se, assim, permanentes e, de fato, integrantes do sistema educacional do país (GALVÃO; DI PIERRO, 2012, p. 101).

Durante a aplicação do jogo, o corpo discente não apresentou dificuldade em associar as palavras das fichas com as imagens, mas se dispersavam com muita facilidade. Todavia, a execução do jogo se deu pelo prazer de realizar a atividade e não apenas porque precisava ser feita. O desenvolvimento obtido por meio da ludicidade facilitou, entre tantos aspectos, a aprendizagem interdisciplinar, além de atender às múltiplas necessidades dos alunos.

Procuramos sempre trazer o foco do estudantes para o jogo, uma vez que, o educador, de acordo com Santos (2001), tem o papel de mediador na prática educativa, pois prepara e desenvolve oportunidades para que os educandos, por meio da ludicidade, consigam apreender o objetivo esperado por ele no desempenho e desígnio de sua atividade.

Nas falas dos educandos quanto aos preconceitos e/ou dificuldades explicitados no jogo sentimos empatia na problemática do outro, pois ao trazer situações de vida diária de um analfabeto, é possível notar que estas também se aplicam a nossas relações comuns. Como pode-se observar nos seguintes exemplos:

“Uma vez tava no metrô e perguntei pra uma moça qual era o trem que ia pra Samambaia. Ela respondeu que tinha o nome num letreiro na frente do trem. Aí acho que ela se tocou que eu não sabia ler e disse que era o trem com letreiro laranja”.
“Já vi uma senhora no mercado que pedia para as pessoas falarem os preços porque ele estava sem óculos”.
“Minha prima não sabe escrever, mas usa o zap mandando mensagem de voz e conhece o povo pela foto”.
“Tem gente que é enganada e recebe menos por dia de serviço. Tem gente também que não faz compra, porque não sabe ler”.
“No banco sempre tem uns velhinhos com papel com a senha para tirar dinheiro e ficam pedindo ajuda, eles têm que ter cuidado se for gente ruim rouba eles”.
“Minha mãe recebeu um papel da Justiça outro dia e nem eu e nem ela entendeu o que tava escrito, aí ela foi no fórum pra saber o que eles queriam”.

Tabelo 3

Neste momento do jogo, onde ficou demonstrado a desqualificação simbólica que a sociedade impõe, trabalhamos as múltiplas realidades e identidades dos estudantes da Ejait. Ao retratar essas vivências, foi explicitado que o nome, nossas características pessoais, o lugar onde moramos, as atividades do cotidiano e as dificuldades e obstáculos que enfrentamos, tudo isso nos forma como seres humanos e serve para nos individualizar no mundo.

De acordo com González e Fensterseifer (2005, p. 231): Identidade é o imaginário, é um processo de representação ao mesmo tempo pessoal e coletiva que permite ao sujeito se definir com relação a um “eu” ou a um “nós”, diferenciando-se do outro ou dos outros e a si mesmo a cada momento.

Logo após, pedimos que cada pessoa dos grupos escrevesse o que entendia por cidadania e que compartilhasse suas respostas com a sala, sendo que seis alunos não quiseram transcrever as respostas, nem responder oralmente o seu entendimento sobre o assunto. Neste sentido, é necessário refletir sobre as questões referentes à construção da cidadania e a Ejait.

Segundo Gentili (2000, p. 147):

[...] pensada como prática desejável, como aspiração radical de uma vida emancipatória, a cidadania se constrói socialmente, como um espaço de valores, de ações e de instituições comuns que integram os indivíduos, permitindo seu mútuo reconhecimento como membros de uma sociedade.

[...] os valores e as atitudes que definem a cidadania são resultado de uma ação social em movimento constante, no qual os consensos e dissensos se sobrepõem de forma complexa.

Em algumas conceituações sobre o que é cidadania fica evidente a inadequação de uma educação que não interfira nas formas de o reeducando compreender e atuar de forma ativa no mundo. Segundo um grupo de alunos, cidadania é:

“Absolutamente nada”.
“Olha, confesso para você, que não entendo muito bem sobre isso, aliás nem entendo”.
“Cidadania é a pessoa que cumpre com seus deveres”.
“Cidadania são aquelas pessoas que cumprem com suas obrigações”.
“É cumprir seus deveres, pagar IPTU, suas contas”.
“Cidadania seria no modo geral pessoas de bens que cumprem seu papel no meio da associadas sem ter algo com a justiça”.
“Cidadania, entendo que somos cidadãos comprimidos com os nossos deveres, de contribuições com os impostos, e prestamos atenções com nossa família (responsabilidade com o cargo, que ocupam dar o melhor com dignidade, isso é o retrato para os filhos”.

Tabela 4

Percebemos nestas respostas que o processo individual de autoconstruir-se cidadão está atrelado a fatores como: amadurecimento e vivências pessoais, assim como, valores e contextos sociais nos quais o indivíduo interage. Vê-se que o grupo não compreende o que seja cidadania ou a concebe somente como obrigações que o indivíduo tem para o Estado.

As falas referenciadas até então têm mostrado que o aluno da Ejait carece de espaços de estruturação do sentimento de cidadania capazes de os transformar em sujeitos atuantes e comprometidos com sua história. Inicialmente, faz-se de suma importância apontar que o educar dentro do conceito de ludicidade precisa ser uma ação voltada de forma consciente e planejada, para que o brincar alcance objetivos educacionais e se concretize como uma forma real de aprendizagem para o aluno.

Fernandes (2000, p. 438) refletiu que:

A formação para a cidadania não se obtém através de uma disciplina. A cidadania não é um saber especializado. A cidadania é uma concepção de vida, um dever-ser que organize a nossa visão do mundo e dos homens, do presente e do passado. A cidadania tem a ver com o nosso modo de querer imaginar o futuro.

O restante da turma apresenta um conceito mais “elaborado” do que seja cidadania, associando como a capacidade de ser sujeito de direitos e vivência harmônica em sociedade ao defini-la como:

“Cidadania pra mim é o indivíduo que sabe viver em sociedade, respeita seu próximo agir com a lei, seu maior família”.
“Cidadania é um acumulo de pessoas que vivem entre sí, cidadania e viver bem entre pessoas e lugares”.
“Poucas coisas o cidadão merece coisa melhor em nosso país mais educação mais respeito e igualdade sem racismo”.
“Cidadania para mim é o nosso direito de viver como cidadãos em uma sociedade onde todos podemos exercer direitos iguais”.
“Bom! Eu entendo que cidadania é um ambiente onde pessoas fazem amizades e aprende, a conviver unidos, um local onde pessoas aprende, a serem cidadãos de bem, onde todos se respeita, uns aos outros e cada um tem a opção de fazer o bem ou o mal”.
“Eu entendo que eu tenho meus direitos, e por ser cidadão eu tenho por direito participar dos projetos das cidades”.
“Cidadania é ter respeito no espaço do outro, lutar. De se esforçar por conta própria, procurar sempre um caminho certo e juntos contrairmos uma cidadania unida e humana”.

Tabela 5

Percebemos que a condição de cidadão não pode ser exercida individualmente e o direito a um lugar na sociedade necessita de uma preocupação pedagógica e curricular que torne a opinião significativa e o discurso eficaz, onde o educando se possa ouvir e ser ouvido.

A motivação dos educandos em procurar a Ejait está relacionada ao desejo de conseguir um emprego melhor, cursar uma faculdade ou simplesmente realizar o sonho de se alfabetizar. Entendemos que para terem qualidade de vida não se restringe à oferta de oportunidades de emprego e renda, mas ainda à oferta, ao acesso e à qualidade de serviços públicos de maneira geral.

Assim, ao final do processo de discussão do jogo semeamos nos educandos a ideia de que a cidadania, apresenta-se como o direito a ter direitos e possibilidade que todos participem plenamente da sociedade, invocando a qualidade de sujeitos de obrigações e, sobretudo, de direitos. E que devem viver a experiência do mundo, sem negar o que se é, por medo ou vergonha de ser cidadão.

O jogar para a Ejait pode causar estranhamento num primeiro momento, mas ele constitui um patrimônio em todas as fases da vida, e não exclusivamente da infância. É fato, que o jogar para jovens e adultos não tem o mesmo significado atribuído pela criança. A finalidade através da retomada das vivências e discussão deste jogo não foi fazer com que os estudantes compartilhem dos mesmos sentidos conferidos pelas crianças ao brincar, mas sim possibilitar o reconhecimento do lúdico como metodologia de aprendizagem independente de faixas etárias.

10. CONCLUSÃO

Conforme visto neste trabalho, conclui-se que, apesar de escassos os estudos e pesquisas, é possível trabalhar a ludicidade para o ensino dentro na Ejait, bem como, utilizá-la como uma prática que tenha uma real significação na aprendizagem do aluno, contribuindo para uma formação sólida dos estudantes dentro e fora do ambiente escolar e, também, para a sua socialização e formação como cidadão.

Para Bartholo (2001, p. 92), um dos estudiosos da área, a concepção de lúdico encontra-se paradoxalmente a esta, aparecendo da seguinte forma:

O lúdico e o criativo são elementos constituintes do homem que conduzem o viver para formas mais plenas de realização; são, portanto, indispensáveis para uma vida produtiva e saudável, do ponto de vista da auto-afirmação do homem como sujeito, ser único, singular, mas que prescinde dos outros homens para se realizar, como ser social e cultural, formas imanentes à vida humana.

A realidade educacional pública nos revela um quadro diferente do que está sendo proposto, uma vez que, para o senso comum, o lúdico é visto de forma preconceituosa, tido como atividade a ser direcionada apenas para a educação infantil. O motivo que os leva a pensar dessa maneira, é porque dispõem de mais tempo para a realização da atividade e pelo fato de não estarem comprometidos com o setor produtivo da sociedade, cuja seriedade é ponto fundamental.

Entretanto, conforme dispõe Cardona (200, p. 322):

É certo que a escola não pode ser responsabilizada por todos os problemas sociais, mas tem uma grande possibilidade e compromisso de influenciá-los [...]; os que contaminam sem piedade o planeta, os que exploram os outros enriquecendo a si próprios, os que desperdiçam ou roubam o dinheiro público, os que traficam ilegalmente, os que mantêm governos autoritários, os que assassinam ou defendem a morte de outras pessoas se formaram em nossas escolas, liceus e universidades. Por acaso não há aqui uma enorme contradição e distância entre a escola e sua função social e cultural?

Na busca pela superação do analfabetismo, nos deparamos ainda com uma problemática educacional senão igual, ainda mais preocupante, uma vez que:

Ao lado do “analfabetismo absoluto”, outras configurações do sujeito leitor passaram a ser objeto de preocupação entre os estudiosos da educação: o baixo letramento e o analfabetismo funcional. Esses são os casos de pessoas que, embora escolarizadas ou que, eventualmente, até dominam o princípio alfabético e as regras do sistema em questão, continuam sendo incapazes de se utilizar da escrita de modo eficiente e significativo na sociedade em que vivem (COLELLO, 2007, p. 56).

Ademais, é preciso compreender que para que a ludicidade ocorra de maneira efetiva, o papel do educador se torna fundamental, pois é ele que planejará e organizará as atividades de aprendizagem, sendo que esse deve ter um equilíbrio entre o ensinar e o brincar, para que a atividade lúdica não perca seu sentido (KISHIMOTO, 2008).

Logo, pensar e repensar a Ejaít para a construção da cidadania, significa (res)significar as concepções do mundo vivido. Portanto, o jogo se caracteriza como uma atividade sistemática, um elemento motivador e facilitar desse processo de aprendizagem, por meio dessa ferramenta o docente pode ensinar os alunos sem que estes se sintam entediados, além de permitir que eles consigam construir seu conhecimento ativamente.

E para que isso ocorra, é necessário uma interação dinâmica entre educador, conhecimento, conteúdo, currículo e prática pedagógica, para que o professor consiga se adaptar e perceber qual é a real necessidade de sua sala de aula.

Nessa perspectiva, consideram-se a interdisciplinaridade e a contextualização como elementos fundamentais à aproximação e ao processo de construção do conhecimento, as brincadeiras contribuíram para que os alunos reconhecessem os significados dessas ações em diversos contextos e favoreceram as possibilidades de autoconhecimento, conhecimento do outro e dos contextos.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Escolhas são opções entre coisas, pessoas, procedimentos, situações etc. que se oferecem ou estão disponíveis, ação ou efeito de escolher. Uma rápida olhada ao redor e elas estão em todo lugar.

Desde 2014, venho exercendo uma rotina acadêmica atribulada e estressante, aulas em período de trabalho, prazos, leituras...Batalhei, sofri, tremi na base, mas estou fechando esse ciclo em minha vida. Assim, após o fim desse semestre, pretendo passar por um ano sabático para descansar e relaxar a mente, desfrutando momentos de lazer com amigos e familiares.

Sem sombras de dúvidas, futuramente, estão em meus planos a docência na educação de jovens e adultos e a realização de mais um curso superior, uma vez que, durante o curso de Pedagogia tendo em vista as disciplinas sobre desenvolvimento humano me interessei pelo curso de psicologia. Pretendo, ainda, voltar a estudar para concursos na área jurídica.

Acredito que esse curto período livre eu não perca a manutenção dos contatos feitos ao longo da faculdade, caso eu queira optar por um mestrado ou doutorado. Entretanto, esse tempo se faz necessário para avaliar melhor as opções à disposição antes de bater o martelo sobre qual caminho seguir.

Ao escolher descansar a mente no ano vindouro, poderei traçar essas metas com mais sabedoria para que elas adquiram um sentido de auto-realização e, assim, abdicar novamente da comodidade do cotidiano para seguir em frente!

Nunca forcei nada na minha vida, pois ou ouço desde a tenra idade que tudo vem no membro adequado e sem pressa alguma. Torçam por mim. Vai dar certo, já demos certo até aqui.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Nunes de. *Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- AMORIM, L. B. de. “*Será que quero somente aprender a ler e escrever?*”: quais são as expectativas dos alunos da EJA para o ensino de língua portuguesa e o que diz a proposta curricular da rede municipal do Recife?. 2009. 166f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Federal Pernambuco, Recife, 2009.
- BARCELOS, Valdo. *Formação de professores para educação de jovens e adultos*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BARTHOLO, Márcia Fernandes. O lazer numa perspectiva lúdica e criativa. *Cinergis, Santa Cruz do Sul*. v. 2, n. 1, p. 89-99, 2001.
- BOFF, Leonardo. *A águia e a galinha*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.
- BRASIL. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto consolidado até a Emenda Constitucional no 101 de 03 de julho de 2019. Disponível em: <www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_03.07.2019/CON1988.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.
- BRASIL. Senado Federal. *LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.
- BROUGÈRE, Gilles. *Jogo e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- CAMARGO, Liseane Silveira. O jogo na vida adulta: possíveis relações entre a Epistemologia Genética e os processos motivacionais. *Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas*, Marília, v. 7, n. 2, p. 136, 2015.
- CARDONA, Ramón Moncada. Convivência escolar e convivência cidadã. In: AZEVEDO, José Clóvis et al. *Utopia e democracia na educação cidadã*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS/Secretaria Municipal de Educação, 2000.
- CASTILHO, Marlene da Aparecida; TONUS, Loraci Hofmann. O lúdico e sua importância na educação de jovens e adultos. *Synergismus Scyentifica*. UTFPR, Pato Branco, v. 3, n. 2-3. 2008.
- CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 7-18, jan. abr. 2006.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.
- COLELLO, Silvia M. Gasparian. *A escola que (não) ensina a escrever*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.
- DOHME, Vânia. *Atividades lúdicas na educação: o caminho de tijolos Amarelo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- DUARTE, Luciana Daniela; RECH, Gelson Leonardo. A EJA como direito humano é fundamental. *Anais do Seminário Diálogos com a Educação. Desafios da EJA contemporânea*. EDUCS. 2013.

- FERNANDES, Rogério. A escola cidadã e o questionamento da história. In: AZEVEDO, José Clóvis et al. *Utopia e democracia na educação cidadã*. Porto Alegre: Universidade, UFRGS, Secretaria Municipal de educação, p. 520, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Educação na Cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 2. ed. Rio de Janeiro: 1975.
- FREITAG, Bárbara. Cidade e Cidadania. Em: _____. *Cidade dos Homens*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2002.
- GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; DI PIERRO, Maria Clara. *Preconceito contra o analfabeto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- GENTILI, Pablo. Qual educação para qual cidadania? reflexões sobre a formação do sujeito democrático. In: AZEVEDO, José Clóvis et al. *Utopia e democracia na educação cidadã*. Porto Alegre: Universidade, UFRGS, Secretaria Municipal de educação, 2000.
- GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (Org.). *Identidade. Dicionário Crítico de Educação Física*, Ijuí, Ed. Unijuí, p. 231, 2005.
- GRACIANO, Mariângela; HADDAD, Sergio (Org.). *A educação entre os direitos humanos*. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Ação Educativa, 2006.
- HADDAD, Sergio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). *O brincar e suas teorias*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 12. ed. São Paulo: Cortez, p. 13-44, 2009.
- LEAL, Luiz Antonio Batista; D'ÁVILA, Cristina Maria. A ludicidade como princípio formativo. *Interfaces Científicas - Educação*, Aracaju, v. 1, n. 2, p. 51, 2013.
- LUCKESI, Cipriano. Estados de consciência e atividades lúdicas. In: PORTO, Bernadete. *Educação e ludicidade*. Ensaios 3. Salvador: UFBA, 2004.
- MALUF, Ângela Cristina Munhoz. *Brincar: prazer e aprendizado*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários da educação do futuro*. 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2002.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 59-73, 1999.
- PATTO, Maria Helena. *Introdução à psicologia escolar*. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- PIAGET, Jean. *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

PÍTON, Ivania Marini; KOZELSKI Adriana Cristina. Educação de jovens e adultos: a concepção de cidadania dos professores da EJA. IX Congresso Nacional de Educação. EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2589_1463.pdf>. Acesso em: 1 out. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS. Disponível em: <<http://aguaslindasdegoias.go.gov.br/nossa-cidade/>>. Acesso em: 10 out. 2019.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (Coor.). *Educação para jovens e adultos. Ensino Fundamental – propostas curriculares para 1º segmento*. São Paulo: Ação Educativa Brasileira/MEC, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *As vozes do mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, Cleonice Jesus; OLIVEIRA, Rosemary Lapa de. Lúdico na aprendizagem, aprender na interação. In: *Anais do VII Encontro de Educação e Ludicidade (VII ENELUD) - Cultura Lúdica e Formação de Educadores*. D'ÁVILA, Cristina, CARDOSO, Marilete, XAVIER, Antonete (Org.). Universidade Federal da Bahia. FAGED/UFBA. 2013.

SANTOS, Rita de Cássia Grecco dos; VARGAS, Francisco Furtado Gomes Riet. História da Educação de Adultos no Brasil (1549-1998). In: SANTOS, Rita de Cássia Grecco dos (Org.); PASSOS, Analva Aparecida de Andrade Lucas. Lutas e conquistas da EJA: discussões acerca da formação de professores em Educação de Jovens e Adultos. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, *Coleção Cadernos pedagógicos da EaD*. p. 41, 2013.

SANTOS, Santa Marli Pires dos (Org.). *O lúdico na formação do educador*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SANTOS, Santa Marli Pires dos; CRUZ, Dulce Regina Mesquita da. O lúdico na formação do educador. In: SANTOS, Santa Marli Pires dos (Org.). *A ludicidade como ciência*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 11-14, 2001.

SCHWARTZ, Suzana. *Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart de Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TARJA BRANCA: a revolução que faltava. Direção de Cacau Rhoden. Roteiro de Cacau Rhoden; Estela Renner; Marcos Nisti. Intérpretes: Domingos Montagner; Wandi Doratiotto; Antônio Nóbrega; José Simão. Música: André Caccia Bava. São Paulo: Maria Farinha Filmes, 2014. 1 DVD (80 min.), son., color. Documentário.

TEIXEIRA, Augusto Niche. Educação frente à complexidade, educando jovens e adultos para a vida. In: SCHEIBEL, Maria Fani; LEHENBAUER, Silvana. (Org.). *Reflexões sobre a educação de jovens e adultos*. Porto Alegre: PALLOTI, p. 187-193, 2006.

THIOLLENT, Michel et al. (Org.). *Extensão Universitária: conceitos, métodos e práticas*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão. Rio de Janeiro: 2003.

VALE, Ana Maria. *Educação popular na escola pública*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. *A formação social da mente*. São Paulo: Fontes, 2007.

APÊNDICE

IMAGEM 1:

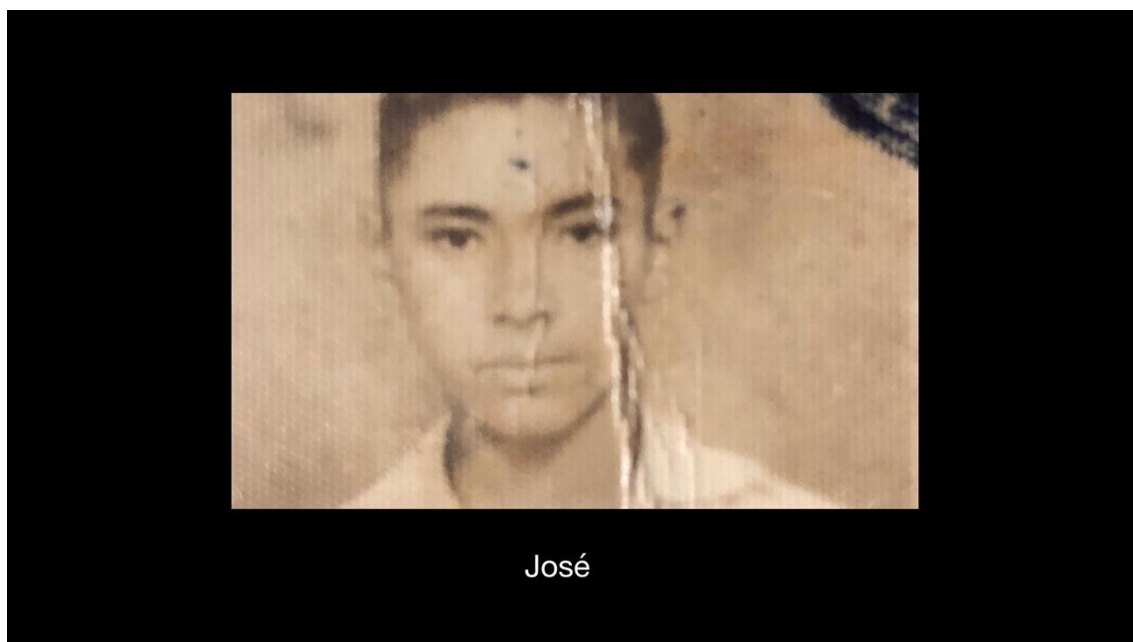


Foto: Arquivo pessoal

IMAGEM 2:

Na parada, o medo de pegar o ônibus errado

Por medo, não perguntou para ninguém onde poderia descer. Desceu em qualquer lugar e foi a pé até o local de seu compromisso. Chegou mais de duas horas atrasado.

Com pouca confiança em si, José acredita que já é tarde demais para aprender a ler, mas reconhece que sua vida seria outra se entendesse as palavras.


A photograph of a white bus with yellow accents at a bus stop. The bus has 'P2 Norte' on its destination sign and '78409' on its front. A person is visible inside the bus. The bus stop has a sign that says 'BOX 06'.

Foto: Dênio Simões/Agência Brasília

Disponível em: <www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/03/14/dftrans-reorganiza-linhas-de-onibus-de-ceilandia/amp/>.

IMAGEM 3:

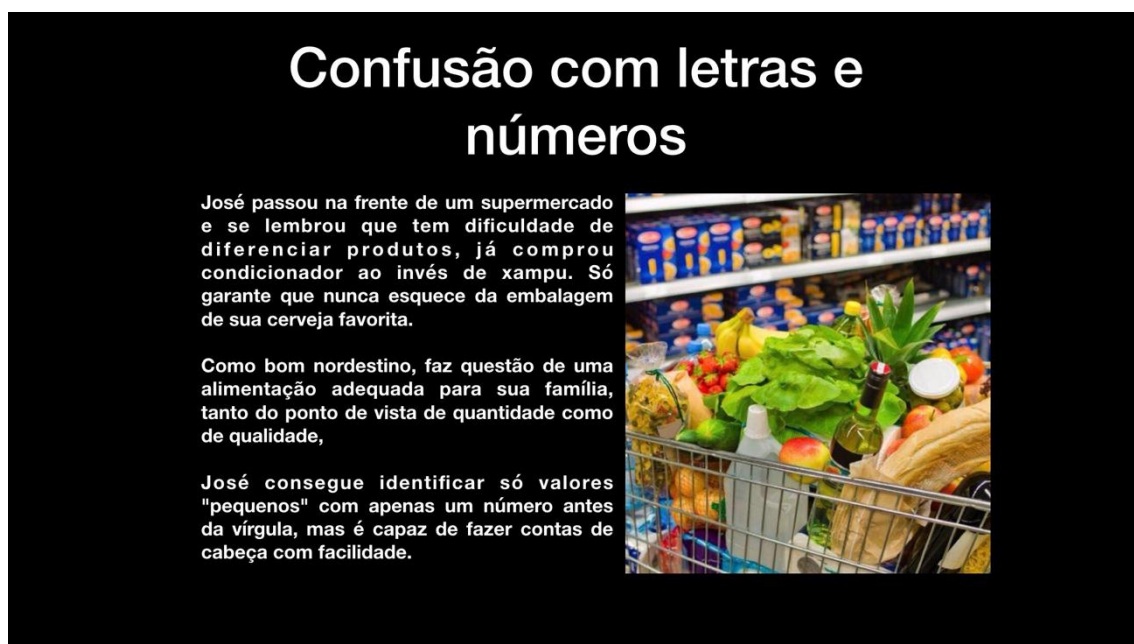


Foto: Arquivo Agência Brasil

Disponível em: <amp.ocp.news/economia/ajuste-no-icms-deve-aumentar-precos-em-ate-10-nos-supermercados>.

IMAGEM 4:

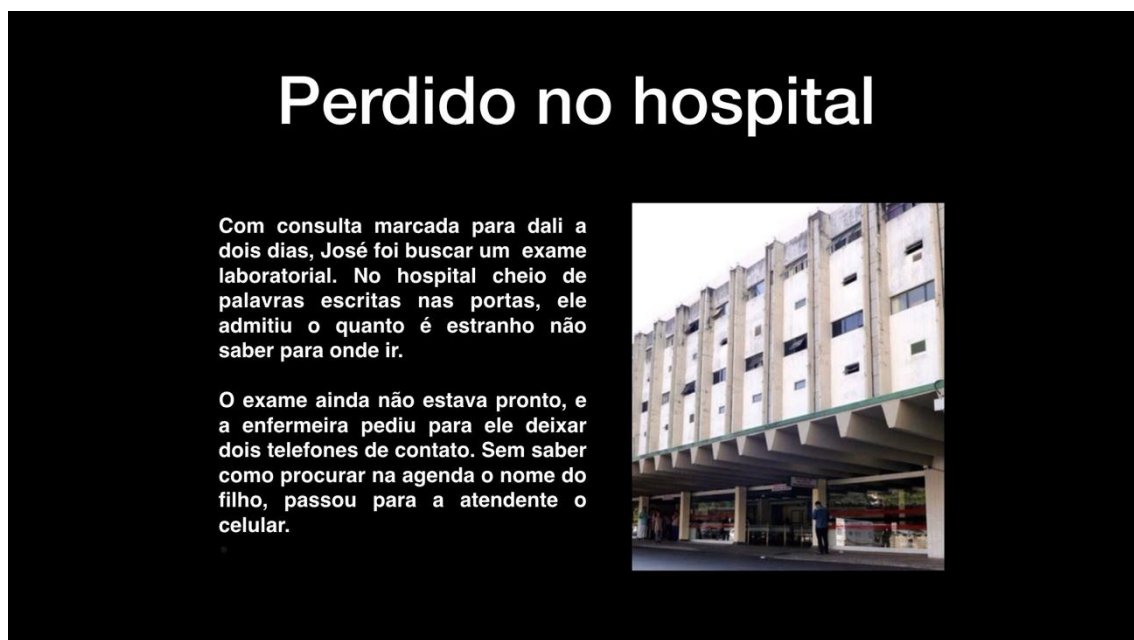


Foto: Pedro Ventura/GDF/Divulgação

Disponível em: <g1.globo.com/google/amp/df/distrito-federal/noticia/instituto-hospital-de-base-nao-tera-de-fazer-licitacao-e-concurso-decide-justica-do-df.ghtml>.

IMAGEM 5:

Falta de oportunidades

Por conta da falta de estudos, a vida foi desafiadora e muito difícil para conseguir um emprego que sustentasse a família. Pai de três filhos e avô de cinco netos, foi com o trabalho na construção civil que ele sustentou a casa e lutou pra que os filhos estudassem para mudar de vida.

José nunca teve oportunidade de outros empregos e diz que: “Se já é difícil emprego, que é a nossa fonte de renda para viver, imagine para quem não sabe ler e escrever”.



Foto: Marcelo Casa Grande / Agência RBS

Foto: Marcelo Casa Grande / Agência RBS

Disponível em: <pioneiro.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2017/03/nova-medida-de-credito-deve-impulsionar-a-construcao-civil-na-serra-9760197.html>.

IMAGEM 6:

Nunca é tarde para aprender a ler e a escrever

José havia tentando estudar antes, mas precisou parar, pois tinha que trabalhar e também por falta de motivação.

Por sentir uma imensa vergonha de pedir aos outros para manipular o caixa eletrônico, ler um bilhete deixado pelo patrão ou de só poder ouvir áudios nos aplicativos de mensagens resolve procurar um curso de EJAit.




Foto: Maciel Rufino/Secom Maceió

Disponível em: <maceio.al.gov.br/2018/05/ejai-cumpre-a-missao-de-ensinar-jovens-adultos-e-idosos/>.

FICHA 1:

EDUCAÇÃO

FICHA 2:

TRANSPORTE

FICHA 3:

ALIMENTAÇÃO

FICHA 4:

SAÚDE

FICHA 5:

TRABALHO